

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- NOÇÕES DE DIREITO --

#### **Questão 1**

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios

- Ⓐ deverão constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública.
- Ⓑ deverão constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo.
- Ⓒ deverão constituir guardas municipais destinadas à preservação de seus bens.
- Ⓓ poderão constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública.
- Ⓔ poderão constituir guardas municipais destinadas à preservação de seus bens.

#### **||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)\_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.\*/\*

||B|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)\_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.\*/\*

||C|| - 11 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)\_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.\*/\*

||D|| - 11 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)\_INCORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.\*/\*

||E|| - 1 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B)\_CORRETA. De acordo com o artigo 105-B da Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à prevenção, proteção e preservação de seus bens, serviços e instalações, observados os preceitos da lei federal.\*/\*

#### **Questão 2**

Carlos, Gabriel e Juan são policiais civis do estado de Pernambuco e estão respondendo a processo disciplinar pelas seguintes razões: Carlos abandonou o cargo; Gabriel aplicou irregularmente dinheiro público no exercício da função; e Juan participou de manifestações contra atos da administração pública em geral. Nenhum dos três é reincidente nas citadas condutas.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei n.º 6.425/1972 (Estatuto do Policial Civil), a pena de demissão é aplicável a

- Ⓐ Carlos, Gabriel e Juan.
- Ⓑ Carlos e Juan, somente.
- Ⓒ Gabriel e Carlos, somente.
- Ⓓ Gabriel, somente.
- Ⓔ Juan, somente.

#### **||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil\_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.\*/\*

||B|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil\_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.\*/\*

||C|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil\_CORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.\*/\*

||D|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil\_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.\*/\*

||E|| - 2 Lei n.º 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil\_INCORRETA. Somente Gabriel e Carlos estarão sujeitos a pena de demissão, nos termos da Lei n.º 6.425/1972: “Art. 49. A pena de demissão será aplicada nos casos de: (...) III – abandono do cargo; (...) VI – aplicação irregular de dinheiros públicos; (...) XII – prática das transgressões disciplinares previstas nos itens I, VI, VII, VIII, XII, XIII, XXI, XXIII, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XL, XLIII e XLVIII, do artigo 31 deste Estatuto”.\*/\*

**Questão 3**

Suponha que um funcionário público civil do estado de Pernambuco tenha sido demitido ilegalmente do serviço público e, por decisão judicial, reingressado no serviço público. Nessa situação hipotética, o seu reingresso denomina-se

- Ⓐ reversão, fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓑ reversão, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓒ reintegração, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓓ reintegração, fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓔ recondução, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.\*/\*

||B|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.\*/\*

||C|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.\*/\*

||D|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco CORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.\*/\*

||E|| - 3 Lei n.º 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco INCORRETA. Segundo o artigo 66 da Lei n.º 6.123/1968, reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.\*/\*

**Questão 4**

De acordo com a Lei Complementar n.º 137/2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os integrantes do quadro próprio de pessoal da Polícia Civil de Pernambuco, está impedido de concorrer à progressão o servidor que

- Ⓐ tiver sido acusado de infração disciplinar.
- Ⓑ não possuir o curso de formação exigido para o cargo.
- Ⓒ estiver há menos de cinco anos no exercício do cargo.
- Ⓓ tiver cumprido pena por condenação na esfera criminal.
- Ⓔ tiver sido punido com pena disciplinar de repreensão.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. A mera acusação não está prevista como condição que impede a progressão. Lei Complementar n.º 137/2008: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão. Parágrafo único. No caso do inciso V, o servidor só poderá concorrer à progressão, após decorrido o cumprimento da pena ou da punição disciplinar imputada.”.\*/\*

||B|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. CORRETA. Lei Complementar n.º 137/2008: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) II – que não possuir o curso de formação exigido para o cargo.”.\*/\*

||C|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. Não há tal impedimento entre os incisos do art. 15 da Lei Complementar n.º 137/2008. O estágio probatório, condição impeditiva estabelecida no inc. I do art. 15 da citada lei, é cumprido em 3 anos.\*/\*

||D|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. O cumprimento da pena é condição que autoriza o servidor a voltar a concorrer à progressão. Lei Complementar n.º 137/2008: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão. Parágrafo único. No caso do inciso V, o servidor só poderá concorrer à progressão, após decorrido o cumprimento da pena ou da punição disciplinar imputada.”.\*/\*

||E|| - 4 Lei Complementar n.º 137/2008. INCORRETA. A Lei Complementar n.º 137/2008 indica a pena de suspensão, e não a de repreensão: “Art. 15. Não concorrerá à progressão o servidor: (...) V – que tiver sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado ou punido disciplinarmente com pena de suspensão.”.\*/\*

**Questão 5**

Com fundamento na Constituição Federal de 1988 (CF) e na doutrina majoritária em matéria constitucional, julgue os itens a seguir.

- I A dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são princípios fundamentais previstos na CF.
- II O poder constituinte originário é caracterizado pela momentaneidade, já que se exaure após estabelecida a Constituição de um país.
- III A norma constitucional que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- IV A CF veda, expressa e integralmente, a retroatividade da lei penal.
- V Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e V estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e V estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. CORRETA. O item I está certo, pois os princípios fundamentais estão previstos nos arts. de 1.º a 4.º da CF, entre eles: a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III) e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3.º, IV). O item II está errado, pois o poder constituinte originário é caracterizado por ser permanente (ou perene), pois não se exaure após estabelecer a Constituição de um país. O item III está errado, pois o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei (CF, art. 5.º, LVIII). Trata-se, portanto, de norma de eficácia contida, porquanto está apta a produzir todos os seus efeitos desde a

promulgação do texto constitucional, mas pode sofrer limitações ou restrições pelo legislador. Logo, tem aplicabilidade direta, imediata, mas possivelmente não integral. O item IV está errado, pois a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu (CF, art. 5.º, XL). O item V está certo, pois será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia (CF, art. 12, § 4.º, II).\*/

||B|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. \_INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.\*/

||C|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. \_INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.\*/

||D|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. \_INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.\*/

||E|| - 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

3 Direitos e garantias fundamentais. \_INCORRETA. Apenas os itens I e V estão certos.\*/



### Questão 6

Julgue os seguintes itens, com base no texto da CF vigente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia, nos termos da CF.
- II É vedado ao estado de Pernambuco estabelecer idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria dos ocupantes dos cargos de agente e de escrivão da Polícia Civil de Pernambuco.
- III Segundo o STF, o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. \_INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.\*/

||B|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. \_INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.\*/

||C|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. \_CORRETA. O item I está certo, porque a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da CF (art. 18). O item II está errado, porque poderão ser estabelecidos, por lei complementar do respectivo ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do art. 51, o inciso XIII do art. 52 e os incisos de I a IV do art. 144 (CF, art. 40, § 4.º-B). O item III está certo. “Ementa: CONSTITUCIONAL. GARANTIA DA SEGURANÇA INTERNA, ORDEM PÚBLICA E PAZ SOCIAL. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DOS ART. 9.º, § 1.º, ART. 37, VII, E ART. 144, DA CF. VEDAÇÃO ABSOLUTA AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE AOS SERVIDORES PÚBLICOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DE SEGURANÇA PÚBLICA. 1. A atividade policial é carreira de Estado imprescindível a manutenção da normalidade democrática, sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada. A carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social. E o Estado não faz greve. O Estado em greve é anárquico. A Constituição Federal não permite. 2. Aparente colisão de direitos. Prevalência do interesse público e social na manutenção da segurança interna, da ordem pública e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria de servidores públicos. Impossibilidade absoluta do exercício do direito de greve às carreiras policiais. Interpretação teleológica do texto constitucional, em especial dos artigos 9.º, § 1.º, 37, VII e 144. 3. Recurso provido, com afirmação de tese de repercussão geral: 1 – O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. 2 – É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do Código de Processo Civil, para vocalização dos interesses da categoria.” (ARE 654432, relator ministro Edson Fachin, relator p/ Acórdão: ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, julgado em 5/4/2017, Processo Eletrônico DJe-114, divulgado em 8/6/2018, publicado em 11/6/2018).\*/

||D|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. \_INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.\*/

||E|| - 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. \_INCORRETA. Apenas os itens I e III estão certos.\*/



**Questão 7**

Julgue os itens que se seguem, referentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- I No âmbito federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, cujos membros são eleitos segundo o princípio majoritário, para mandato de quatro anos.
- II Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou na vacância dos respectivos cargos, serão chamados ao exercício da Presidência, sucessivamente, o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.
- III O Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva são órgãos integrantes do Poder Judiciário.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.\*

||B|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. CORRETA. O item I está errado, pois o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (CF, art. 44). A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional (CF, art. 45). O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário (CF, art. 46), com mandato de oito anos (CF, art. 46, § 1.º). O item II está certo, pois, em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou na vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 80).

O item III está errado, pois são órgãos do Poder Judiciário (CF, art. 92): o Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; o Tribunal Superior do Trabalho; os tribunais regionais federais e juízes federais; os tribunais e juízes do trabalho; os tribunais e juízes eleitorais; os tribunais e juízes militares; e os tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal e territórios. Portanto, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva não integra o Poder Judiciário.\*

||C|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.\*

||D|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.\*

||E|| - 6 Poder executivo. 7 Poder legislativo. 8 Poder judiciário. INCORRETA. Apenas o item II está certo.\*

**Questão 8**

Com fundamento na legislação vigente e na doutrina majoritária a respeito da administração pública, de serviços públicos e de contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- I Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a expressão administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa, tais como pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.
- II É corolário do princípio da supremacia do interesse público a previsão, em lei, de cláusulas exorbitantes aplicáveis aos contratos administrativos.
- III É legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, de segurança das instalações, ou, ainda, em virtude do inadimplemento do usuário, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço.
- IV As polícias civis integram a administração pública indireta dos respectivos estados.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.\*

||B|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.\*

||C|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. CORRETA. O item I está certo. Segundo a doutrina majoritária, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a expressão administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa, compreendendo pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a função administrativa. O item II está certo. Cláusulas exorbitantes são aquelas que excedem do direito comum (privado) para consignar uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contrato, razão pela qual não são lícitas em um contrato de direito privado, porque desigualam as partes na execução do contrato. Entretanto, são absolutamente válidas em um contrato administrativo, uma vez que decorrem da lei ou dos princípios que regem a atividade administrativa, dentre eles a supremacia do interesse público sobre o privado. Com efeito, visam estabelecer prerrogativas em favor de uma das partes, quase sempre em favor da administração, objetivando, sempre, o perfeito atendimento do interesse público, o qual se sobrepõe ao interesse particular. O item III está certo. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: (i) motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e (ii)

por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade (Lei n.º 8.987/1995, art. 6.º, § 3.º). No mesmo sentido é a jurisprudência do STJ: “é legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, de segurança das instalações, ou ainda, em virtude do inadimplemento do usuário, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço” (STJ, 1.ª Turma, REsp 1270339/SC, rel. min. Gurgel de Faria, julgado em 15/12/2016). O item IV está errado. As polícias civis são órgãos dos estados, razão pela qual integram sua administração direta.\* /

||D|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. \_INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.\* /

||E|| - 1 Estado, governo e administração pública. 5 Regime jurídico- administrativo. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7 Serviços públicos. 8 Organização administrativa. 8.2 Administração direta e indireta. 11 Licitações e contratos administrativos. \_INCORRETA. Apenas os itens I, II e III estão certos.\* /



### Questão 9

Considerando as disposições da CF acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- I As polícias civis responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, eventualmente causarem a terceiros.
- II O direito de regresso do Estado contra o responsável pelo dano é assegurado nos casos de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- III A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. \_INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.\* /

||B|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. \_INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.\* /

||C|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. \_INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.\* /

||D|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. \_CORRETA. O item I está errado. De acordo com a CF, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (CF, art. 37, § 6.º). Contudo, dado que as polícias civis não possuem personalidade jurídica, a responsabilidade pelo dano será do respectivo estado. O item II está certo. Na responsabilidade civil da administração pública, o direito de regresso contra o responsável pelo dano é assegurado nos casos de dolo ou culpa do agente causador do dano. O item III está certo. A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa (CF, art. 21, XXIII, d).\* /

||E|| - 6 Responsabilidade civil do Estado. \_INCORRETA. Apenas os itens II e III estão certos.\* /



### Questão 10

A luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

- I Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- II Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- III A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. \_INCORRETA. Todos os itens estão certos.\* /

||B|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. \_INCORRETA. Todos os itens estão certos.\* /

||C|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. \_INCORRETA. Todos os itens estão certos.\* /

||D|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. \_INCORRETA. Todos os itens estão certos.\* /

||E|| - 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.4 Improbidade administrativa.

12 Agente público. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Disposições constitucionais aplicáveis.

13 Cargo, emprego e função pública. \_CORRETA. O item I está certo. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (CF, art. 37, § 4.º). O item II está certo. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei (CF, art. 37, I). O item III está certo. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Súmula n.º 473 do STF).\* /

**Questão 11**

Durante a noite, uma pessoa adentrou clandestinamente em uma loja que comercializa aparelhos eletrônicos e subtraiu diversos celulares, mas foi detida em flagrante pela polícia.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à causa de aumento de pena no caso de furto noturno, à luz do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- Ⓐ O fato de a ação delitiva ter ocorrido em estabelecimento comercial enseja, por si só, o aumento da pena aplicável ao furto noturno.
- Ⓑ A presença de outra pessoa dentro do estabelecimento comercial no momento da ação delitosa seria causa de aumento de pena relativa ao furto noturno.
- Ⓒ Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é imprescindível a comprovação de falta de iluminação adequada no local de ocorrência do delito.
- Ⓓ Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é preciso representação da vítima.
- Ⓔ A ocorrência do furto à noite e em situação de repouso configura causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, independentemente de o local estar ou não habitado.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. O STJ firmou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.144), a tese de que “são irrelevantes os fatos das vítimas estarem, ou não, dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso”. A questão foi submetida a julgamento no âmbito do REsp 1.979.989/RS, proferido pela Terceira Seção do STJ, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, publicado no DJe de 27/6/2022.\*

||B|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. O STJ firmou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.144), a tese de que “são irrelevantes os fatos das vítimas estarem, ou não, dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso”. A questão foi submetida a julgamento no âmbito do REsp 1.979.989/RS, proferido pela Terceira Seção do STJ, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, publicado no DJe de 27/6/2022.\*

||C|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. O STJ não exige essa circunstância.\*

||D|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

INCORRETA. Não há exigência legal de representação para da vítima para a configuração de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno.\*

||E|| - 5 Crimes contra o patrimônio.

CORRETA. O STJ firmou, em sede de recurso repetitivo (Tema 1.144), a tese de que “são irrelevantes os fatos das vítimas estarem, ou não, dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso”. A questão foi submetida a julgamento no âmbito do REsp 1.979.989/RS, proferido pela Terceira Seção do STJ, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, publicado no DJe de 27/6/2022.\*

**Questão 12**

De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe acerca do abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- Ⓑ Para que agente público responda pelo crime de abuso de autoridade, é suficiente que sua conduta tenha sido praticada mediante dolo geral.
- Ⓒ O rol de sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade estabelecido na citada lei é taxativo.
- Ⓓ Os sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade são necessariamente servidores públicos, ocupantes de cargo efetivo.
- Ⓔ Os crimes previstos na lei citada são processados mediante ação penal pública condicionada à representação.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)\_CORRETA. A assertiva está em consonância com o § 2.º do art. 1.º da Lei nº 13.869/2019.\*

||B|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)\_INCORRETA. O agente só comete crime de abuso de autoridade se praticar a conduta com a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar alguém ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal, conforme dicção do § 1.º do art. 1.º da Lei nº 13.869/2019.\*

||C|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)\_INCORRETA. O rol é meramente exemplificativo, conforme redação do art. 2.º da Lei nº 13.869/2019.\*

||D|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)\_INCORRETA. O artigo 1.º da Lei nº 13.869/2019 estabelece que os crimes de abuso de autoridade podem ser cometidos “por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhes tenha sido atribuído”.\*

||E|| - 10 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº13.869/2019)\_INCORRETA. Nos termos do art. 3.º da Lei nº 13.869/2019, a ação penal será pública incondicionada.\*

**Questão 13**

Marta, com 18 anos de idade, conheceu Jacinto em uma festa. Após algum tempo de conversa, Jacinto, simulando portar uma arma de fogo, constrangeu Marta fisicamente a fazer sexo oral, sem o consentimento dela.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos, considerando a legislação penal brasileira e o entendimento jurisprudencial do STJ.

- I O ato praticado por Jacinto configura apenas constrangimento ilegal, uma vez que não houve conjunção carnal.
- II Jacinto praticou o crime de importunação sexual.
- III A simulação do porte de arma de fogo pode configurar grave ameaça para fins de estupro.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.



**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. **INCORRETA.** O item I está errado, pois o estupro não se limita à conjunção carnal, sendo possível a configuração do crime mesmo sem essa prática.\* /

||B|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. **INCORRETA.** O item II está errado, porque foi praticado o crime de estupro, pois houve violência e grave ameaça na conduta, conforme artigo 213 do Código Penal.\* /

||C|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. **CORRETA.** O item III está certo, pois a jurisprudência do STJ tem-se firmado no sentido de que a simulação de porte de arma de fogo, desde que seja fato comprovado e confirmado pelas instâncias ordinárias, pode configurar grave ameaça, pois é esse de fato o sentimento unilateral provocado no espírito da vítima subjugada. (REsp 1.916.611-RJ, relator ministro Olindo Menezes (desembargador convocado do TRF 1.<sup>a</sup> Região), Sexta Turma, julgado em 21/9/2021)\* /

||D|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. **INCORRETA.** O item I está errado, pois o estupro não se limita à conjunção carnal, sendo possível a configuração do crime mesmo sem essa prática.\* /

||E|| - 6 Crimes contra a dignidade sexual. **INCORRETA.** O item II está errado, porque foi praticado o crime de estupro, pois houve violência e grave ameaça na conduta, conforme artigo 213 do Código Penal.\* /

**Questão 14**

Durante uma *blitz* de trânsito, o condutor João se recusou a realizar o teste do etilômetro (bafômetro) e se negou a entregar sua carteira nacional de habilitação aos policiais.

Nessa situação hipotética, João cometeu

- A** crime de desacato.
- B** crime de embriaguez ao volante.
- C** contravenção penal de perturbação do trabalho alheio.
- D** infração administrativa classificada como gravíssima.
- E** crime de dirigir veículo sem habilitação.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 7 Crimes contra a administração pública. **INCORRETA.** O crime de desacato é previsto no Código Penal como crime praticado por particular contra a administração pública, e não há dados na situação hipotética que permitam concluir a ocorrência desse crime no caso.\* /

||B|| - 14 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997)

**INCORRETA.** O crime de embriaguez ao volante está descrito no artigo 306 do CTB, mas a situação não menciona a constatação da embriaguez, apenas a recusa ao teste do etilômetro.\* /

||C|| - 2 Crime e Contravenção Penal. **INCORRETA.** Lei de Contravenções Penais: “Perturbação do Trabalho ou do Sossego Alheios. Art. 42. Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios: I – com gritaria ou algazarra; II – exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais; III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos; IV – provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem guarda”. A situação hipotética não retrata nenhuma dessas condutas, logo não há que se falar na citada contravenção penal.\* /

||D|| - 14 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997)

**CORRETA.** A recusa ao teste do etilômetro está prevista no artigo 165-A do CTB como infração gravíssima, sujeita a penalidades específicas.\* /

||E|| - 14 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997)

**INCORRETA.** O crime de dirigir veículo sem habilitação está previsto no artigo 309 do CTB, mas a situação não envolve essa infração.\* /

**Questão 15**

O agente de polícia Júlio, ao tomar conhecimento da prática de um furto qualificado, solicitou dinheiro a um suspeito, com a promessa de não incluir o nome deste no relatório oficial.

Nessa situação hipotética, Júlio cometeu o crime de

- A** concussão.
- B** corrupção passiva.
- C** peculato.
- D** prevaricação.
- E** emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 7 Crimes contra a administração pública. **INCORRETA.** A concussão, nos moldes do art. 316 do Código Penal, normalmente envolve coerção, ameaça ou uso de violência para obtenção da vantagem.\* /

||B|| - 7 Crimes contra a administração pública. **CORRETA.** Nos termos do art. 317 do Código Penal, a corrupção passiva ocorre quando o agente solicita ou recebe vantagem indevida em razão de sua função. No caso em apreço, Júlio utilizou-se de sua posição como policial para obter vantagem pessoal.\* /

||C|| - 7 Crimes contra a administração pública. **INCORRETA.** O peculato refere-se à apropriação indevida de dinheiro ou bens públicos pelo agente público, não se aplicando à situação apresentada.\* /

||D|| - 7 Crimes contra a administração pública. **INCORRETA.** A prevaricação ocorre quando o servidor público deixa de praticar ato de ofício, retardando ou deixando de agir, o que não está retratado no caso.\* /

||E|| - 7 Crimes contra a administração pública. **INCORRETA.** Não se aplica à situação apresentada, pois se trata de mau uso de recursos públicos, não envolvendo a solicitação de vantagem pessoal pelo servidor público.\* /

**Questão 16**

Assinale a opção correta em relação às normas gerais do processo penal.

- A** Os crimes militares são apurados segundo as regras do Código de Processo Penal (CPP), sendo o Código de Processo Penal Militar aplicado de forma subsidiária.
- B** A superveniência de nova lei processual invalida os atos processuais praticados na vigência da lei anterior, salvo se houver ratificação.
- C** Em regra, a nova lei processual só alcança as ações penais referentes a crimes praticados após a sua vigência, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade.
- D** É vedada a interpretação extensiva das normas processuais penais, uma vez que vigora o princípio da estrita legalidade.
- E** Admite-se a aplicação analógica de leis processuais penais, bem como a suplementação pelos princípios gerais do direito.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA.** Código de Processo Penal: “Art. 1.º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados: (...) III – os processos da competência da Justiça Militar”.\* /

||B|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. **INCORRETA.** Código de Processo Penal: “Art. 2.º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.\* /

||C|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 2.º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.\*/

||D|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 3.º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”.\*/

||E|| - 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 3.º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”.\*/



### Questão 17

Considere que tenha sido instaurado inquérito para apurar a ocorrência de crime de tráfico de pessoas e que, no curso do procedimento para o esclarecimento do fato, tenha-se revelado necessária a requisição de informações cadastrais do investigado constantes do banco de dados de uma empresa privada. Nesse caso,

- Ⓐ apenas o Ministério Público poderá requisitar tais informações, porém a diligência dependerá de autorização judicial.
- Ⓑ a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações diretamente à empresa, a qual terá prazo de 24 horas para atender essa requisição.
- Ⓒ apenas a autoridade policial poderá requisitar tais informações, sendo a diligência dependente de autorização judicial.
- Ⓓ a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações, porém a diligência dependerá de autorização judicial.
- Ⓔ a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações; porém, no caso da autoridade policial, a diligência dependerá de autorização judicial.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.\*/

||B|| - 2 Inquérito policial CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.\*/

||C|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.\*/

||D|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.\*/

||E|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A [tráfico de pessoas], no § 3.º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. Parágrafo único. A requisição, que será atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (...)”.\*/



### Questão 18

José está sendo investigado pela prática do crime de roubo contra Maria. Tanto José quanto Maria têm mais de 18 anos de idade.

No curso do inquérito nessa situação hipotética,

- Ⓐ José e Maria poderão requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
- Ⓑ apenas José poderá requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
- Ⓒ apenas Maria poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.
- Ⓓ José e Maria poderão requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.
- Ⓔ apenas José poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade judicial.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.\*/

||B|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.\*/

||C|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.\*/

||D|| - 2 Inquérito policial CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.\*/

||E|| - 2 Inquérito policial INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.\*/



**Questão 19**

No que se refere à prova no processo penal, julgue os itens a seguir, à luz do CPP.

- I É vedada a indicação de assistente técnico pelo assistente de acusação para acompanhamento da realização da perícia criminal.
- II Nas perícias de laboratório, os peritos devem guardar material suficiente para a eventualidade de nova perícia.
- III O juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial, por ser este uma prova técnica.
- IV O exame de corpo de delito pode ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

**JUSTIFICATIVAS**

**||A||** - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.\*/

**||B||** - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.\*/

**||C||** - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão CORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.\*/

**||D||** - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.\*/

**||E||** - 3 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão INCORRETA. O item I está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (...) § 3.º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”. O item II está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.”. O item III está errado, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.”. O item IV está certo, de acordo com o Código de Processo Penal: “Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.”.\*/

**Questão 20**

Acerca do crime de furto qualificado, para o qual é cabível a pena de 2 a 8 anos de reclusão e multa, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- Ⓐ Caso seja constatado que o acusado não possui residência e trabalho fixos, será inviável a fixação da medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno.
- Ⓑ Caso seja constatado por perícia que o acusado é inimputável, será cabível sua internação provisória.
- Ⓒ Em caso de prisão em flagrante, a liberação do acusado será possível mediante o pagamento de fiança arbitrada pela autoridade policial.
- Ⓓ Em razão da pena prevista e da natureza do delito, não é cabível a prisão preventiva.
- Ⓔ Em caso de prisão em flagrante, caberá a concessão de prisão domiciliar caso o acusado comprove ser o único responsável por adolescente de 14 anos de idade.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão.\_CORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (...) V – recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos”.\*/

||B|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão.\_INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (...) VII – internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados **com violência ou grave ameaça**, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração”.\*/

||C|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão.\_INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos”.\*/

||D|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão.

INCORRETA. Código de Processo Penal “Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos”.\*/

||E|| - 5 Medidas cautelares diversas da prisão.\_INCORRETA. Código de Processo Penal: “Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...) VI – homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.”.\*/

**Espaço livre**